



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA

TERMO DE REFERÊNCIA n° 004/SEL/2022

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de motobombas reservas para poços, cisternas e piscinas do Centro de Lançamento de Alcântara, por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens/lotes ou ocorrerá em item/lote único, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENT. CATMAT	UN	QUANT	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL DO ITEM
01	Motobomba 0,5CV 220V/60Hz monofásica de água limpa (isenta de sólidos) para abastecimento de cisternas e reservatórios. Vazão 1,8 m3/h. Altura manométrica 28 m.c.a. Profundidade de sucção 7 metros. Conexão de entrada e saída 1". Possui sistema anti- travamento do rotor. 1 ano de garantia contra defeito de fabricação. Equivalente ou superior ao modelo ICS-50 da marca ELETROPLAS.	9975	UN	1	R\$ 588,19	R\$ 588,19
02	Motobomba centrífuga 1,5CV 220V/60Hz monofásica de água limpa (isenta de sólidos) para abastecimento de cisternas e reservatórios. Sucção: 1.1/4". Recalque: 1". Rotação: 3500 rpm. Grau de proteção do motor: IP21. Vazão Máxima: 11 m3/h (Pressão 22 m.c.a).	9975	UN	1	R\$ 1.694,45	R\$ 1.694,45

	Vazão mínima: 3,4 m³/h (Pressão 32 m.c.a). Isolação classe F. 1 ano de garantia contra defeito de fabricação. Equivalente ou superior ao modelo Hydrobloc C1500N da marca KSB.					
03	Motobomba centrifuga 1CV 220V/60Hz monofásica de água limpa (isenta de sólidos) para abastecimento de cisternas e reservatórios. Sucção (pol): 1.1/2. Recalque (pol): 1.1/4. Pressão Máx. (m.c.a): 27. Altura Max. De Sucção (m.c.a): 8. 1 ano de garantia contra defeito de fabricação. Equivalente ou superior ao modelo ECS-100M/T da marca ELETROPLAS.	9975	UN	1	R\$ 1.370,61	R\$ 1.370,61
04	Motobomba centrifuga 2CV 220V/60Hz monofásica de água limpa (isenta de sólidos) para abastecimento de cisternas e reservatórios. Sucção: 1.1/2". Recalque: 1.1/2". Rotação: 3500rpm. Vazão máxima: 19,6 m³/h (Altura Monométrica Total m.c.a: 1). Vazão mínima: 1,5 m³/h (Altura Monométrica Total m.c.a: 32). 1 ano de garantia contra defeito de fabricação. Equivalente ou superior ao modelo Monoestágio FSG-S da marca FAMAC.	9975	UN	2	R\$ 2.293,69	R\$ 4.587,37
05	Motobomba centrifuga 3CV 220V/60Hz II polos IP21 monofásica de água limpa (isenta de sólidos) para abastecimento de cisternas e reservatórios. Sucção: 1.1/2". Recalque: 1.1/4". Vazão máxima: 20 a 1,5 m³/h (Altura Monométrica Total m.c.a: 15 a 40). 1 ano de garantia contra defeito de fabricação.	9975	UN	1	R\$ 2.914,45	R\$ 2.914,45

	Equivalente ou superior ao modelo Monoestágio SHX2 da marca SOMAR.					
06	Motobomba centrífuga 0,5CV 220V/60Hz monofásica para piscina, autoescorvante, com pré-filtro incorporado. Rotação Nominal 3500 rpm. Grau de proteção: IP21. Bocais de entrada e saída De Pvc Colável: 1.1/2". Vazão: 8,7 (m³/h). 1 ano de garantia contra defeito de fabricação. Equivalente ou superior ao modelo 5A-M da marca JACUZZI.	9975	UN	1	R\$ 1.332,67	R\$ 1.332,67
07	Motobomba centrífuga 3/4CV 220V/60Hz monofásica para piscina, autoescorvante, com pré-filtro incorporado. Rotação Nominal 3500 rpm. Grau de proteção: IP21. Bocais de entrada e saída De Pvc Colável: 1.1/2". Vazão: 10,4 (m³/h). 1 ano de garantia contra defeito de fabricação. Equivalente ou superior ao modelo 7A-M da marca JACUZZI.	9975	UN	1	R\$ 1.560,56	R\$ 1.560,56
08	Motobomba centrífuga 1,0CV 220V/60Hz monofásica para piscina, autoescorvante, com pré-filtro incorporado. Rotação Nominal 3500 Rpm. Grau De Proteção: Ip21. Bocais De Entrada E Saída De Pvc Colável: 1.1/2". Vazão: 11,7 (m³/h). 1 ano de garantia contra defeito de fabricação. Equivalente ou superior ao modelo 1A-M da marca JACUZZI.	9975	UN	1	R\$ 2.048,86	R\$ 2.048,86
09	Motobomba centrífuga 3,0CV 380V/60Hz trifásica para piscina, autoescorvante, com pré-filtro incorporado. Rotação Nominal 3500 Rpm. Grau De Proteção Ip21. Bocais de entrada	9975	UN	1	R\$ 2.791,72	R\$ 2.791,72

	e saída De Pvc Colável: 2". Vazão: 35 (m³/h). 1 ano de garantia contra defeito de fabricação. Equivalente ou superior ao modelo 3B-T da marca JACUZZI.					
10	Motobomba Submersa 3 CV Trifásica 380V. Estágios: 11. Recalque (Saída): 1 1/2 pol. (bsp). Vazão máxima: 13 m³/h para 27 mca. Vazão mínima: 5 m³/h para 81 mca. Corpo da válvula e corpo de sucção em bronze. Corpo de estágio em aço inox. Rotor e difusor em policarbonato. Crivo em poliacetal. Carcaça: Aço inox. Rotor: Termoplástico. Diâmetro mínimo do poço: 4". 1 ano de garantia contra defeito de fabricação. Equivalente ou superior ao modelo 4R8PB-11 da marca LEÃO.	9975	UN	3	R\$ 4.047,00	R\$ 12.141,00
11	Motobomba Submersa 3,5 CV Trifásica 380V. Estágios: 12. Recalque (Saída): 1 1/2 pol. (bsp). Vazão máxima: 13 m³/h para 31 mca. Vazão mínima: 5 m³/h para 90 mca. Corpo da válvula e corpo de sucção em bronze. Corpo de estágio em aço inox. Rotor e difusor em policarbonato. Crivo em poliacetal. Carcaça: Aço inox. Rotor: Termoplástico. Diâmetro mínimo do poço: 4". 1 ano de garantia contra defeito de fabricação. Equivalente ou superior ao modelo 4R8PB-12 da marca LEÃO.	9975	UN	1	R\$ 4.146,70	R\$ 4.146,70
12	Motobomba Submersa 4,5 CV Trifásica 380V. Estágios: 13. Recalque (Saída): 2" BSP. Vazão máxima: 17 m³/h para 42 mca. Vazão mínima: 7 m³/h para 86,5 mca. Rotor em bronze. Crivo em aço inox. Diâmetro mínimo do poço: 4". 1 ano de garantia contra defeito de fabricação.	9975	UN	2	R\$ 6.247,55	R\$ 12.495,10

	Equivalente ou superior ao modelo 4SD-13 da marca LEÃO.					
--	---	--	--	--	--	--

1.2.1 Acerca do fracionamento da Despesa deve ser procedido o controle de fracionamento através do CNAE:

1.2.2 Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço/maior desconto, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta dias) a contar da emissão da ordem de compra /Fornecimento podendo ser prorrogável a cargo da administração.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, ou seja, aqueles cujo padrão de desempenho e qualidade possa ser aferido sem a necessidade de investigações pormenorizadas, possibilitando ao pregoeiro decidir com relativa facilidade acerca da aceitabilidade da proposta, atualmente entendidos como aqueles encontrados facilmente no mercado, e ainda, conforme demonstrado no Acórdão nº 188/2010, TC-029.558/2009-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 10.02.2010: 'ainda que os bens/serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como bens/serviços comuns, eis que pautados em especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos no edital'.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA, situado no município de Alcântara/MA, com acesso pela Rodovia MA 106, próximo ao quilômetro 07.

5.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

5.3 Nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do

contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3.1 Poderá ser dispensado o recebimento provisório para os bens que não dependam de posterior análise qualitativa, mantendo-se a obrigatoriedade de se lavrar o Termo de Recebimento Definitivo ou o recibo apropriado, por meio de aposição de carimbo próprio.

5.3.2 Havendo o aparecimento de defeito oculto, mesmo que após o recebimento do objeto contratado, ou ainda que vencida a garantia estabelecida em contrato, a Contratada deverá corrigir as falhas nos termos e prazos estabelecidos pelo Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002) e pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

5.3.3 Salvo as disposições constantes em instrumento convocatório ou ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da Contratada.

5.4 No caso de recebimento de bens, a Comissão de Recebimento deverá:

5.4.1 examinar visualmente a integridade física do objeto e rejeitar bens que apresentem sinais externos de avarias, tais como arranhões, mossas, perfurações, vazamentos, oxidação ou quaisquer outros indícios de dano ao material, bem como agressão ou violação à sua embalagem;

5.4.2 efetuar rigorosa conferência quantitativa e exame qualitativo do objeto entregue, em confronto com o instrumento contratual e o correspondente Título de Crédito;

5.4.3 certificar o Título de Crédito, elaborar e assinar o Termo de Recebimento Provisório, e Definitivo, ou apor carimbo próprio atestando o recebimento;

5.4.4 realizar o registro, em sistema informatizado próprio do COMAER, do desempenho da contratada.

5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 30(trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Os bens serão recebidos definitivamente nos prazos estipulados nos subitens acima já especificados, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6.1 O prazo para o recebimento definitivo de bens, ou de locação de equipamentos, não poderá ser superior a:

5.6.1.1 Até 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrega formal pela Contratada, para material que, por sua natureza, não depender de exame qualitativo; e

5.6.1.2 Até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de entrega formal pela Contratada, para material que exigir exame qualitativo, formalizado por meio de parecer técnico, exame de laboratório ou outro documento equivalente. Nos casos de comprovada complexidade do material, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado por até dois períodos iguais, desde que previsto em edital ou instrumento equivalente.

5.6.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 conhecer e analisar os documentos relacionados ao objeto contratual, especialmente o Projeto Básico, Projeto Executivo, Termo de Referência, o Edital, o Contrato ou a Nota de Empenho, a proposta da empresa vencedora, os eventuais Termos Aditivos e quaisquer outras informações necessárias ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

6.1.3 cumprir os prazos previstos para o recebimento do objeto, comunicando, tempestivamente, ao Ordenador de Despesas (titular ou delegado) da UGEXEC a ocorrência de qualquer fato impeditivo ao recebimento;

6.1.4 solicitar, tempestivamente, ao Ordenador de Despesas (titular ou delegado) da UG signatária as providências necessárias para o recebimento, quando houver a necessidade de análise qualitativa do objeto por parte de profissionais especializados

6.1.5 atestar o recebimento do objeto mediante a emissão e a assinatura do competente Termo de Recebimento, desde que o material ou o serviço entregues estejam conforme as especificações técnicas;

6.1.6 atestar o recebimento do objeto mediante a emissão e a assinatura do competente Termo de Recebimento, desde que o material ou o serviço entregues estejam conforme as especificações técnicas;

6.1.7 rejeitar, no todo ou em parte, o bem que esteja em desacordo com o instrumento contratual, devendo restituí-lo, de maneira formal, ao fornecedor, acompanhado do respectivo Título de Crédito;

6.1.8 observar aspectos para efeito de rejeição, tais como: discrepâncias entre comprimento, peso ou volume líquidos do bem entregue e as características físicas previstas em nota de empenho ou nas embalagens; a falta de persistência na qualidade dos lotes dos bens entregues; excesso de água em produtos congelados; utilização de materiais de baixa qualidade que comprometam a durabilidade dos serviços prestados; aspectos relacionados à validade dos bens de acordo com o instrumento convocatório; fora das especificações do Contrato (ou instrumento equivalente), ou em desacordo com amostra apresentada na fase de licitação; além de outros;

6.1.9 exigir da Contratada que o título de crédito que acompanhar a entrega do material ou do serviço obedeça aos aspectos legais, fiscais e formais, no que se refere à identificação, à quantidade, ao valor, datas de emissão e de validade do documento, à ausência de rasuras, ao número de vias e a outras exigências legais ou contratuais;

6.1.10 certificar-se de que o preço constante do título de crédito esteja de acordo com aquele vigente no instrumento contratual, ou em Nota de Empenho, e em suas eventuais alterações;

6.1.11 exigir que toda a documentação técnica, pertinente ao bem ou ao serviço, seja entregue pela Contratada, juntamente com o objeto recebido;

6.1.12 exigir, no caso de equipamento, quando for o caso, a entrega dos acessórios, manuais e quaisquer outros materiais ou documentos que devam acompanhá-lo;

6.1.13 aplicar à fatura apresentada a glosa decorrente de Acordo de Níveis de Serviço (ANS) ou Instrumento de Medição de Resultado (IMR), vinculado ao contrato, se for o caso; e

6.1.14 Os integrantes da Fiscalização, assim que identificarem qualquer irregularidade no cumprimento das obrigações pela licitante ou pela contratada, deverão expedir Notificação, estabelecendo prazo para que esta adote as providências solicitadas ou apresente suas justificativas formais.

6.1.15 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.16 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.17 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.18 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Dispensa, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

10.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da
taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-DI exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Adotou-se, como índice de reajuste, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), por ser um indicador que registra a alta de preços de bens ao consumidor final.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia da execução para a presente contratação, por ser uma compra de materiais permanentes comuns, conforme item 1 deste TR, portanto não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

14.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Advertência pela falta do subitem 15.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. Multa de 1 % (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 15.1.1 a 15.1.10;
- c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 15.1.2 a 15.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 15.1.8 a 15.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

15.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

15.1.1. Valores unitários: conforme a tabela encontrada no item 1 deste Termo de Referência.

15.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

15.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Aviso de Dispensa.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 47.671,68 (quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos).

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

17.1. Declaração orçamentária incluída aos autos do processo.

18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1. A Fornecedora dos Materiais, além de atender a todas as obrigações advindas deste Termo de Referência, deverá, ainda, em seu processo de produção ou aquisição, adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao Art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/STLI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, no que tange a:

18.2. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

18.3 que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

18.4 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

18.5 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Alcântara/MA, 03 novembro de 2022.

GEORGE HENRIQUE CRUZ DOS SANTOS - 1T QOEA SVE
Chefe da Seção de Eletricidade
Telefone para Contato: (98) 3311-9359
E-mail para contato: georgeghcs@fab.mil.br

19. DA APROVAÇÃO

O ORDENADOR DE DESPESAS DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Artigo 12, da Lei 14.133/2021, considerando que a elaboração do Termo de Referência foi feito por pessoa habilitada devidamente apoiada pelo setor técnico competente do órgão resolve, **APROVAR** o Termo de Referência objetivando a aquisição de motobombas reservas para poços, cisternas e piscinas do Centro de Lançamento de Alcântara.

Alcântara/MA, 03 novembro de 2022.

JOSEVAN DUARTE MAGALHÃES Ten Cel Int
Ordenador de Despesas do CLA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência
Data/Hora de Criação:	03/11/2022 17:51:02
Páginas do Documento:	13
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	14
Hash MD5:	d557dcb165b1eade55112cb7eecd9bc
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento JOSIAS REGO SAMPAIO no dia 10/11/2022 às 14:15:37 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Civil GERALDO LUIZ CAMARGO COSTA MATTOS no dia 11/11/2022 às 10:35:15 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento IVANA TEOTONIO FEITOSA no dia 16/11/2022 às 08:58:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ANA KEILA RIBEIRO MARTINS no dia 18/11/2022 às 07:44:17 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel QOEMET CIDNEY PAIVA RIBEIRO no dia 21/11/2022 às 14:08:26 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int JOSEVAN DUARTE MAGALHAES no dia 22/11/2022 às 09:37:12 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO